

Andressa Silva Sousa\*

Universidade Federal do Piauí – UFPI/FAPEPI

Emanoel Cesar Pires de Assis\*\*

Universidade Estadual do Maranhão – Universidade Federal do Piauí

# Reflexões sobre leitura literária na sociedade da aceleração em *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury

## Resumo:

Ao longo dos anos, utopias e distopias têm conquistado um amplo território no campo da produção artístico-cultural. No cinema, nas artes plásticas, na música e na pintura é possível encontrar imagens oníricas, idealizações de mundos perfeitos ou radicalmente melhores que dividem espaço com representações outras, mais sombrias e pessimistas da realidade. Na Literatura, utopias e distopias constroem narrativas que se complementam, revelando um olhar profundamente crítico sobre a realidade social histórica onde nascem, suscitando imagens que influenciam leitores à reflexão, despertando-lhes a imaginação sobre caminhos alternativos para transformarem a realidade vigente, ou mesmo impulsionando-lhes a ação, de modo a evitarem, enquanto é possível, futuros sombrios onde nenhuma esperança seja capaz de sobreviver. Através do presente artigo, temos como objetivo investigar a distopia *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, analisando o surgimento de uma força dominadora que denominamos Totalitarismo Dromológico, apresentando de que forma esta contribuiu para a destruição de obras literárias e fomentou a perseguição aos leitores nesse contexto. O estudo é de cunho bibliográfico, embasado em pressupostos teóricos que discutem o fenômeno da aceleração social, tais como Hartmut Rosa (2022), Zygmunt Bauman (2001), Paul Virilio (1996), entre outros. A pesquisa revela que, em uma sociedade dominada pelo Totalitarismo Dromológico, obras literárias e leitores encontram-se sob constante ameaça, uma vez que estes se configuram como obstáculos para o fluxo acelerado.

## Palavras-chave:

Distopia, Totalitarismo Dromológico, Leitura literária, Ficção Científica Norte-Americana, *Fahrenheit 451*

**Abstract:**

Over the years, utopias and dystopias have conquered a broad territory in the field of artistic and cultural production. In cinema, visual arts, music, and painting, one can find dreamlike images, idealizations of perfect or radically better worlds that share space with other, darker and more pessimistic representations of reality. In Literature, utopias and dystopias construct narratives that complement each other, revealing a deeply critical view of the historical social reality in which they arise, provoking images that influence readers to reflect, awakening their imagination about alternative ways to transform the current reality, or even driving them to action, in order to avoid, while it is possible, dark futures where no hope is able to survive. Through this article, we aim to investigate the dystopia *Fahrenheit 451* (1953), by Ray Bradbury, analyzing the emergence of a dominating force that we call Dromological Totalitarianism, showing how this contributes to the destruction of literary works and fomented the persecution of readers in this context. The study is bibliographic in nature, based on theoretical assumptions that discuss the phenomenon of social acceleration, such as those of Hartmut Rosa (2022), Zygmunt Bauman (2001), Paul Virilio (1996), among others. The research reveals that, in a society dominated by Dromological Totalitarianism, literary works and readers are under constant threat, as they constitute obstacles to the accelerated flow.

**Keywords:**

Dystopia, Dromological Totalitarianism, Literary Reading, American Science Fiction, *Fahrenheit 451*

### **1. Apontamentos sobre o tempo nas utopias e distopias clássicas**

Ao observarmos os relatos protoutópicos, notamos que a relação da humanidade com o tempo era pacífica. Não havia a ideia de pressa ou efemeridade. Ampulhetas e relógios eram instrumentos inúteis e absolutamente dispensáveis, uma vez que o tempo existia em abundância, tornando a sensação de sua passagem quase imperceptível. Como o padrão temporal era a eternidade, vida e morte, nesse sentido, não eram percebidas como polos opostos e distintos, pois a última não era considerada uma ruptura, mas uma continuação da primeira.

Desse modo, todas as experiências que não foram realizadas na vida terrena teriam oportunidades infinitas de concretização no porvir, em um tempo-sem-fim. Em resumo, o tempo mítico-ideal, situado no passado, conforme descrito em narrativas mitológicas como a Era do Ouro, tratava-se de um tempo sagrado e quase totalmente estático, pois não pertencia ao homem o poder de manipulá-lo, cabendo-lhe somente o papel de usufruir pacientemente a dádiva que lhe fora concedida pela divindade.

Já nas utopias clássicas, a temporalidade utópica deve ser analisada em sua dualidade. O primeiro ângulo diz respeito à sua relação com a história secular, extratextual, compreendida

como palco dinâmico das ações humanas e de caráter teleológico. Assim, se comparado ao tempo processual da história empírica, as utopias descrevem sistemas sociais onde este foi suspenso, por isso, são consideradas a-históricas, apresentando um tempo paralisado, cuja imutabilidade reflete a ausência de conflitos, uma vez que o estado de perfeição foi atingido. Como afirma Júlio Bentivoglio (2020: 396), “as utopias parecem revelar sociedades extáticas e perfeitas que não requerem aperfeiçoamento. [...] Lá não existe mais o desejo de mudança”. Encenam, portanto, o fim da história, um presente perpétuo, pois o objetivo final da Modernidade – que é a vida ideal, o estado de plenitude conquistado pelo progresso – foi consumado.

O segundo aspecto, por sua vez, refere-se à passagem do tempo no plano intratextual, isto é, como ele é vivido coletivamente pelos cidadãos/personagens das utopias. Na Utopia, de More, por exemplo, este preserva o ritmo cíclico, compassado e ritualizado, demarcado por rotinas estáveis, sem a característica imprevisibilidade da história secular. Das vinte e quatro horas diárias, seis são destinadas ao trabalho, oito para o repouso e as dez restantes, destinadas ao “tempo livre”, são determinadas previamente pela organização social, para o lazer e para o estudo, visando o aperfeiçoamento intelectual e moral (More 2004).

Além disso, respeita-se o tempo destinado ao plantio e às colheitas; pratica-se a jardinagem; comemora-se dias santos, indicando um período reservado para a experiência com o sagrado; as distâncias entre as cidades são percorridas a pé, dispensando até mesmo os cavalos, utilizados apenas para equitação, entre outras práticas que remetem ao tempo natural. Assim, mesmo coletivo e altamente normatizado e administrado, o que aponta para uma significativa restrição da liberdade, os cidadãos mostram-se satisfeitos em seguir o tempo utópico – estando em harmonia com seu ritmo lento (More 2004).

Nesse sentido, em alguns aspectos, a temporalidade vivida no interior da *Utopia*, de Thomas More, muito se assemelha à experiência do homem pré-moderno, vivenciada em seu estado cíclico, marcada pelo ritmo lento e natural dos dias e das estações, havendo também períodos separados para se retornar ao tempo ideal, situado no passado, através de festividades religiosas profundamente carregadas de densidade simbólica.

Em *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, todavia, embora se trate também de uma organização social a-histórica, que apresenta imobilidade política; distintamente da primeira, não se pode afirmar que o seu tempo é completamente imóvel ou cíclico. Nesta obra, a sociedade, que é amante do progresso, não mantém uma atitude passiva diante do tempo, mas subordina-o às rédeas da razão. Assim, em seu interior, verificamos a experiência de um tempo presente não eternizado e paralisado, mas ativo, voltado ao aperfeiçoamento e avanço do conhecimento científico.

Desse modo, por meio de experimentos inovadores realizados na Casa de Salomão, é possível manipular vários processos naturais, acelerando e controlando o seu período de duração, além de criar técnicas que tornem as máquinas existentes mais velozes (Bacon 1998). O tempo nesta obra, portanto, é instrumentalizado, sendo utilizado como uma ferramenta de dominação da natureza, alterando o seu ciclo natural. Subordinado, assim, ao ideal coletivo

de progresso, o tempo social é destinado às pesquisas científicas contínuas, uma vez que é o acúmulo de conhecimento e a experimentação constantes que possibilitam o desenvolvimento técnico-científico, principal responsável por instaurar o bem-estar comunitário.

Dessa maneira, podemos resumir a experiência temporal no interior das utopias (utopias positivas) mencionadas da seguinte forma: em ambas as narrativas, o tempo é regulado e vivido coletivamente – sendo administrado, na obra de More, e instrumentalizado, na obra de Bacon. No entanto, em nenhuma delas enxergamos a existência de um conflito temporal explícito, em que os cidadãos apresentam alguma queixa ou insatisfação pelo modo como ele transcorre ou é ordenado, medido e gerido na conjuntura sociopolítica. Pelo contrário, existe uma plena aceitação de sua organização, pois é graças ao seu controle estrito que a estabilidade social e o bem-estar coletivo são possíveis.

Já nas distopias clássicas, a exemplo das obras *Nós*, *Admirável Mundo Novo* e *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, a experiência do tempo ganha novas feições, sendo a principal diferença entre estas e as utopias, o fato de que o tempo coletivo normatizado, antes aceito harmoniosamente por todos os integrantes da sociedade, passa a ser confrontado, pois torna-se opressor para determinados grupos marginalizados. Por isso, encontramos nessas narrativas personagens dissidentes que se recusam a viver sob o total controle do sistema social, buscando experiências temporais subversivas, contrárias às leis estabelecidas, instaurando um conflito explícito entre a coletividade e o indivíduo, que busca uma experiência subjetiva e mais significativa do tempo.

Em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, o tempo é manipulado pela liderança política, e enquanto o governo altera datas e reescreve a história ao seu modo, os personagens permanecem à deriva, mergulhados em incertezas que geram o terror pelo medo do apagamento de suas memórias. Nesse contexto, o protagonista, Winston Smith, escreve um diário, registrando suas percepções, medos e anseios, buscando manter a sanidade e assegurando, através de sua escrita, fragmentos de uma contranarrativa que põe em cheque o discurso corrente (Orwell 2009).

Em *Admirável Mundo Novo*, o tempo se dissolve no consumo e no prazer estimulante, no contínuo uso de drogas alucinógenas, gerando sujeitos anestesiados, sem consciência crítica. Nesta obra, personagens como Bernard e John, o Selvagem, sentem-se estranhos, tentam alguma forma de resistência, mas são subjugados pelo sistema (Huxley 2014).

Em *Nós*, título que ressalta o embate mencionado, asseverando a soberania do coletivo sobre o indivíduo, verificamos um tempo totalmente controlado pela “Tábua das horas” (Zamiátin 2017), impossibilitando que cada cidadão haja em seu próprio ritmo. Nessa conjuntura, a inexplicável I-330 burla constantemente as normas sociais, “roubando as horas do estado”, em busca de uma existência mais significativa, tendo, por isso, um fim trágico (Zamiátin 2017).

No entanto, ao analisarmos a maneira como a experiência do tempo é narrada em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, algo chamou a nossa atenção: essa narrativa, embora escrita e publicada em meados do século XX, apresenta-nos um elemento novo acerca do modo como

o tempo é percebido no interior das distopias e como essa forma particular dialoga com a sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a obra narra e constrói sua crítica à experiência distópica do tempo que é caracterizada principalmente pelo aumento da velocidade, resultando no que chamamos de Totalitarismo Dromológico, isto é, a presença da aceleração em todos os aspectos da vida social. Na próxima seção, apresentamos como o Totalitarismo Dromológico manifesta-se como um meio de dominação na contemporaneidade, afetando a fruição da arte e da literatura.

## 2. Totalitarismo Dromológico: a aceleração social como tempo distópico

Sobre a escolha da terminologia Totalitarismo Dromológico, explicamos, primeiramente, que o adjetivo “dromológico” foi pensado a partir da obra *Política e Velocidade* (1996), de Paul Virilio. Neste ensaio, o escritor utiliza a palavra “dromologia” e outros neologismos – “dromocracia”, “dromocrático” –, a partir da “palavra grega ‘dromos’ que exprime a ideia de ‘corrida’, ‘curso’, ‘marcha’” (Virilio 1996: 10). Assim, ao avaliar o progresso da História, ele a analisa não pelo viés econômico, como fez Marx, mas pelo acúmulo de poder a partir do aumento da velocidade, fato que se tornou possível pelas várias revoluções técnicas associadas às revoluções políticas. Nesse sentido, são as nações com mais aparatos técnicos e, por conseguinte, com maior possibilidade de locomoção rápida, que têm mais poder em suas mãos.

Zygmunt Bauman (2001) também concorda com a ideia do poder associado ao domínio da velocidade. Segundo o autor, a partir do momento em que o tempo necessário para atravessar uma medida de espaço não mais dependia exclusivamente da capacidade biológica de um ser humano ou animal, a fabricação de máquinas cada vez mais sofisticadas pelo desenvolvimento tecnológico permitiu ao homem transgredir os limites de velocidade então conhecidos e, com isso, ampliar o seu domínio territorial. Por isso, no período moderno, a aceleração foi transformada em uma arma eficaz e um símbolo de soberania: “A velocidade do movimento e acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta de poder e da dominação” (Bauman 2001: 17). Nesse sentido, graças à recém capacidade adquirida de percorrer os vários quilômetros de seus territórios em menor tempo, o homem conquistou a possibilidade de ampliar e vigiar as suas posses.

Relembrando o projeto arquitetônico prisional de Jeremy Bentham, o Panóptico, Bauman também o menciona como um modelo estrutural de controle que se utiliza da velocidade como forma de dominação. Nessa estrutura, os presos encontram-se confinados e, portanto, imobilizados. Observados ininterruptamente, os enclausurados deveriam se manter fixos nos locais estabelecidos previamente por seus vigilantes que, ao contrário, possuem toda a liberdade de locomoção. Assim, todo o projeto arquitetônico foi pensado de modo a assegurar a movimentação irrestrita aos vigias, pois nesta vantagem se centralizava o seu poder sobre os detentos:

As instalações e a facilidade de movimento dos vigias eram a garantia de sua dominação; dos múltiplos laços de sua subordinação, a ‘fixação’ dos internos ao lugar era o mais seguro e difícil

de romper. O domínio do tempo era o segredo do poder dos administradores - e imobilizar os subordinados no espaço, negando-lhes o direito ao movimento e rotinizando o ritmo a que deviam obedecer era a principal estratégia em seu exercício do poder. A pirâmide do poder era feita de velocidade, de acesso aos meios de transporte e da resultante liberdade de movimento. (Bauman 2001: 18)

Desse modo, retomando as proposições de Virilio e Bauman, podemos considerar alguns pontos que servem de auxílio na compreensão do conceito de Totalitarismo Dromológico que queremos construir. O primeiro elemento a considerar é que, segundo Virilio, vivemos em um sistema social dromocrático - “não há mais democracia e sim dromocracia” (Virilio 1996: 56), isto é, uma organização sociopolítica se constrói sobre os parâmetros da velocidade. Todavia, os termos democracia e dromocracia não podem ser considerados, neste contexto, como parte de um jogo linguístico que sugere aproximação e semelhança semântica entre ambos. Se assim o fosse, poderíamos concluir, erroneamente, que uma sociedade dromocrática seria aquela que possibilita o convívio pacífico entre os diferentes ritmos de existência, e até mesmo promove pluralidade e liberdade de movimento.

Na verdade, democracia e dromocracia são autoexcludentes. Onde a dromocracia se estabelece, a democracia não é possível. Ambas são fundamentalmente opostas, pois enquanto a primeira preza pela velocidade, a segunda, deliberativa, compreende que a busca pelo bem comum necessita de tempo para o debate argumentativo e para a escuta: “a democracia é um processo que consome tempo” (Rosa 2022: 79). Nesse sentido, ao propor uma política da aceleração, orientada pela soberania da urgência, a sociedade dromocrática resume o seu estatuto na seguinte máxima: a “lei geral do nosso mundo: estacionar é morrer” (Virilio 1996: 27). Assim, uma vez que o ato de se movimentar perpetuamente é estabelecido enquanto norma obrigatória, a atitude de parar ou desacelerar apresenta-se como uma infração grave, um ato criminoso que resulta em uma pena capital simbólica e, por vezes, literal.

Nessa perspectiva, o Totalitarismo Dromológico instaura no contexto social uma “ditadura do movimento” que “coage à mobilidade” (*idem*: 41). Sem a esperança de pausa, os indivíduos são subjugados e mantidos sob uma vigilância panóptica reversa: enquanto no projeto de Bentham os prisioneiros não podiam se mover, os prisioneiros dessa nova forma totalitária de poder não podem parar. Na sociedade dromocrática, portanto, se deflagra uma “guerra do tempo” (*idem*: 56) em que os mais velozes se encontram em melhores condições de sobrevivência em relação aos mais lentos. Porém, nesse contexto, a velocidade não é apenas a moeda que define a posição de cada indivíduo na pirâmide social, mas também uma forma de “esperança” (*idem*: 63) estranhamente segregatória, dividindo os povos em dois grupos, os esperançosos e os desesperançosos:

[...] os povos esperançosos (a quem é permitido esperar pelo amanhã, pelo futuro: a velocidade que eles capitalizam dando-lhes acesso ao possível, isto é, ao projeto, à decisão, ao infinito - a velocidade é a esperança do Ocidente).

E os povos desesperançosos, imobilizados pela inferioridade de seus veículos, vivendo e subsistindo num mundo finito.

Assim, a lógica aproximada do saber/poder é eliminada, cedendo lugar ao poder/mover, isto é, ao exame das tendências, do fluxo. (*idem*: 57)

Analisando o excerto supracitado, observamos que, na sociedade dromológica, a velocidade é oferecida como uma esperança legítima, embora não seja. Aqueles que a acumulam estão convencidos de que podem vislumbrar um futuro glorioso, a conquista da liberdade autêntica, posto que ela é apresentada como a chave dourada de acesso rápido “ao possível” e “ao infinito”. No entanto, apesar de prometer aos seus cidadãos a possibilidade do pleno exercício de sua autonomia, isto é, as condições necessárias para elaborar e estabelecer padrões individuais do que significa uma vida boa e satisfatória, bem como a “liberdade de movimento” (Virilio 1996: 41) para persegui-la sem julgamentos de terceiros e limitações externas, a “sociedade da aceleração”, como a chama Hartmut Rosa, não cumpre, de fato, a sua promessa. Nesse sentido, no mundo em que a aceleração exerce seu poder dominante, a aclamada “esperança do ocidente”, aparentemente utópica, não somente é frustrada, mas também se transforma em instrumento de heteronomia, revelando a sua face distópica:

Nesse cenário tardo-moderno – ao menos nas sociedades ocidentais – a aceleração não mais assegura os recursos para que os indivíduos persigam seus sonhos, objetivos e planos de vida, nem para que a sociedade se molde politicamente de acordo com as noções de justiça, progresso e sustentabilidade etc.; em vez disso, ocorre o contrário: os desejos, objetivos e sonhos individuais são utilizados para abastecer a máquina da aceleração. (Rosa 2022: 118)

Desse modo, na distopia que, doravante, investigaremos, a aceleração é a principal força criadora do pesadelo social. Assim, mais do que revelar uma sociedade que atingiu o ápice do desenvolvimento econômico e tecnológico, com indivíduos felizes, desfrutando de uma vida ideal, a narrativa escolhida revela que, por trás das estruturas sociais aparentemente perfeitas, há elementos sombrios que não podem passar despercebidos. Dessa maneira, como “máquinas da aceleração”, as sociedades dromocráticas são espaços que aprisionam seus cidadãos, roubando-lhes a possibilidade de livre circulação, autonomia de pensamento, tomada de decisão e expressão. Trata-se de uma cronopolítica totalitária que afeta negativamente todos os âmbitos da vida e que persegue, pune ou descarta como lixo social aqueles que manifestam um modo desacelerado de vida. Quanto ao aspecto totalitário da sociedade dromocrática, adotamos o sentido utilizado por Hartmut Rosa, em suas obras *Aceleração* (2019) e *Aceleração e Alienação* (2022). Em seus escritos, o pesquisador apresenta como a aceleração social torna-se uma força dominadora na sociedade tardo-moderna:

Por certo, não uso o termo ‘totalitário’ aqui em referência a um ditador político ou a um grupo, classe ou partido político; na sociedade tardo-moderna, o poder totalitário reside num princípio

abstrato que, todavia, sujeita todos que vivem sob seu governo. Para mim, podemos chamar um poder totalitário quando a) ele pressiona as ações e vontades dos sujeitos; b) é inescapável, ou seja, todos os sujeitos são afetados por ele; c) é onipresente, isto é, sua influência não é limitada a uma ou outra área da vida social, mas está presente em todos os seus aspectos; e d) é difícil ou quase impossível criticá-lo e lutar contra ele. (Rosa 2022 : 88)

De fato, em *Fahrenheit 451*, a aceleração interfere nas ações dos sujeitos, obrigando-os a agirem conforme a ordem social, de modo a não sofrerem algum modo de repressão. É abrangente e quase inescapável, tornando-se praticamente impossível aos resistentes encontrarem meios de fuga do ritmo social. A sua onipresença é perceptível e sentida em todos os aspectos da vida, até nos mais simplórios, afetando a relação dos sujeitos com o “mundo social”, o “mundo objetivo” e o “mundo subjetivo” (Rosa 2022: 61). Por fim, o aspecto que definitivamente torna a aceleração social não somente totalitária, mais profundamente distópica, é a dificuldade de superá-la e até mesmo criticá-la. Suas raízes estão tão profundamente fincadas no solo e na mente dos cidadãos que poucos conseguem sonhar com uma nova organização sociopolítica. Aqueles que ousam contestar a cronopolítica dromológica, rebelando-se contra tal sistema, são, por isso, severamente punidos.

Por esta razão, personagens como Clarisse McLellan, a garota que gosta de caminhar à noite e refletir sobre tudo, e o bombeiro Montag, tocado por ela, por existirem à margem, aquém do ritmo padrão estabelecido, por resistirem em se adequar ao sistema dromológico, são caçados, expulsos, silenciados e mortos. Todavia, apesar do destino geralmente trágico que os aguardam, tais personagens mostram que os lentos não são, necessariamente, os desesperançosos; pelo contrário, a desaceleração é a esperança utópica genuína que os possibilitam resistir a correnteza que arrasta a maioria, e construir uma existência mais significativa não apenas para si mesmos.

### 3. Reflexões sobre aceleração social e a literatura sob ameaça em *Fahrenheit 451*

Considerada um clássico da literatura não somente americana, mas mundial, *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, é uma das narrativas distópicas mais amplamente conhecidas, especialmente por trazer em seu enredo o mote da perseguição aos livros e aos leitores; ficção esta que, infelizmente, já ganhou vários capítulos extraliterários ao longo dos séculos. Como bem afirmou o romancista francês, Jean-Philippe de Tonnac (2010: 10), “a história da produção de livros é indissociável de um verdadeiro bibliocausto, sempre recomeçado. Censura, ignorância, imbecilidade, inquisição, auto da fé, negligência, distração, incêndio terão constituído outros tantos escolhos, às vezes foices, no caminho dos livros”. Nesse contexto, como temos observado na história da cultura ocidental, a queima de livros constitui-se uma ação política e simbólica que geralmente prenuncia a consolidação de regimes autoritários e totalitários.

Não por acaso, apropriando-nos do termo utilizado pelo escritor francês, o enredo da obra em questão é iniciado exatamente com um grande bibliocausto:

#### QUEIMAR ERA UM PRAZER.

Era um prazer especial ver as coisas serem devoradas, ver as coisas serem enegrecidas e alteradas. Empunhando o bocal de bronze, a grande víbora cuspiendo o seu querosene peçonhento sobre o mundo, o sangue latejava em sua cabeça e suas mãos era um prodigioso maestro regendo todas as sinfonias de chamas e labaredas para derrubar os farrapos e as ruínas carbonizadas da história [...]. Enquanto os livros se consumiam em redemoinhos de fagulhas e se dissolviam no vento escurecido pela fuligem. Montag abriu o sorriso feroz de todos os homens chamuscados e repellido pelas chamas. (Bradbury 2012: 21).

No excerto supracitado, constituído das linhas introdutórias do romance, o narrador onisciente transmite ao leitor o sentimento de regozijo interior experimentado pelo personagem protagonista, o *fireman* Guy Montag, enquanto este atua como um exímio e fiel agente da lei, colaborando para a manutenção da ordem do sistema totalitário estabelecido. Tomado, assim, por um senso de missão e um estranho contentamento, Montag se sente realizado carbonizando livros, ação que significa muito mais do que simplesmente “devorar” e “alterar coisas”, conforme a sua limitada percepção inicial leva-o a crer.

O que ele e seus companheiros de corporação consideram um mero divertimento, na verdade, é um epistemicídio,<sup>1</sup> isto é, o assassinio de saberes e ideias dissonantes que confrontam e questionam o conhecimento hegemônico, neste caso, o “pensamento abissal” (Santos 2013: 29) dromocrático, que não admite, dentro de seu espaço de dominação, a co-presença de epistemologias associadas à desaceleração e, por isso, procura silenciá-las e torná-las invisíveis, destruindo-as.

Os livros que foram excluídos, portanto, possuíam os registros de uma “contra-epistemologia” (*idem*: 47) utópica que se apresenta como uma forte ameaça ao distópico Totalitarismo Dromológico. Enquanto testemunhas memorialísticas de experiências temporais divergentes e alternativas, eles lembravam o que o sistema desejava lançar ao esquecimento: “Os livros eram só um tipo de receptáculo onde armazenávamos muitas coisas que receávamos esquecer. Não há neles nada de mágico. A magia está no que os livros dizem, no modo como confeccionam um traje para nós a partir dos retalhos do universo” (Bradbury 2012: 107-108).

As palavras ditas acima foram proferidas pelo personagem Faber, um ex-professor universitário de inglês aposentado e desempregado em decorrência do fechamento das faculdades de ciências humanas. Sua opinião sobre os livros é curiosa e nos faz refletir sobre alguns detalhes. Em primeiro lugar, percebemos que ele reconhece a funcionalidade do livro como “receptáculo” daquilo que não queremos esquecer, reafirmando o seu prestígio enquanto objeto guardião de memórias que consideramos de alto valor, sejam coletivas ou subjetivas. Contudo, para ele, o que mais importa não é o suporte material onde o texto-memória se encontra, posto que este poderia ser preservado tanto no papel, como na arquitetura, na fotografia, nas rochas ou mesmo em telas digitais.

Nesse sentido, muito embora fossem de grande auxílio, não é exclusivamente o suporte físico que garante a perpetuidade ou o prolongamento do tempo de vida de tais memórias, pois “não existe nada mais efêmero do que os suportes duráveis” (Eco/Carrière 2010: 24). Afinal, em menos de um século, já vimos alguns suportes físicos tecnológicos que acreditávamos duradouros tornarem-se obsoletos. Além disso, as nuvens de armazenamento que atualmente estão em alta, a despeito da segurança que oferecem, também apresentam fragilidades.

Por outro lado, apesar de não ser o único meio de preservação, Faber diz, de forma poética, que os livros têm um modo peculiar de transmitir a mensagem que carregam. Não se trata, portanto, apenas do que dizem, mas também da forma como dizem e como o leitor interage com este conjunto, costurando uma teia de significados para si “[...] a partir dos retalhos do universo” (Bradbury 2012: 108). Essa descrição nos faz pensar na proposição de Barthes do texto como um tecido, esta teia onde o leitor não deve buscar um sentido oculto já dado, como se fosse um traje pré-fabricado, mas que deve produzi-lo durante o processo de leitura, quando este mergulha, envolve-se e perde-se nele:

[...] Texto quer dizer Tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia. (Barthes 1987: 106)

A “magia”, portanto, estabelece-se no diálogo entre leitor e texto, na relação de costura entre o eu e o mundo por meio da linguagem. Esses “retalhos do universo” são histórias, vozes, saberes, tempos e imagens múltiplas que formam um mosaico que proporcionam ao leitor uma vasta gama e, quiçá, infinita, de experiências. Desse modo, a cada leitura interativa, o leitor vai se transformando, construindo-se em um novo sujeito.

Nessa perspectiva, pela maneira como este descreve, somos levados a crer que o personagem não se refere a todos os livros – afinal, alguns ainda foram admitidos na sociedade: “[...] você pode ficar o tempo todo feliz, você pode ler os quadrinhos, as velhas e boas confissões ou os periódicos profissionais” (Bradbury 2012: 81). Adaptados à cultura dominante, esses textos, conforme Barthes, são aqueles que despertam “euforia” e “contentamento”, e estão ligados “à uma prática confortável de leitura” (Barthes 1987: 21). Nesse contexto, pelo que dizem e como se expressam, são destinados ao rápido consumo, corroborando, assim, o Totalitarismo Dromológico.

Faber, portanto, referia-se àqueles que, pelo modo artesanal de tessitura da linguagem, articulando engenhosamente forma e conteúdo, em diálogo com o leitor, desafiam a aceleração social, estabelecendo curvas, obstáculos, lombadas e barricadas que refreiam o fluxo veloz, instalando a divergência. Por esta razão, enquanto representante da epistemologia dominante, Beatty, o chefe dos bombeiros, reafirmou aos seus subordinados o propósito do

trabalho que realizavam: “Nós resistiremos à pequena maré daqueles que querem deixar todo mundo infeliz com teorias e pensamentos contraditórios” (Bradbury 2012: 85).

Além disso, ao atentarmos para estas palavras de Beatty, outro ponto que não podemos deixar escapar é que a guerra epistemológica não se restringiu aos livros, sendo declarada, conseqüentemente, à minoria propagadora dos ideais transgressores da ordem, formada de pensadores, professores, observadores e andarilhos sem pressa. Em um diálogo com Montag, a personagem Clarisse McClellan revela o que a polícia fez ao seu tio que, como ela, era dado ao ritmo lento: “Certa vez, titio ia devagar por uma rodovia. Ele estava a sessenta por hora e o prenderam por seis dias. Isso não é engraçado? E triste, também? [...]. Meu tio foi preso outra vez, eu lhe contei? Por andar a pé. Ah, nós somos diferentes, mesmo” (*idem*: 28). Tempos depois, ela mesma pagou o preço por tal diferença, sendo morta “atropelada por um carro” (*idem*: 69). Na distópica sociedade dromológica, todos os que não se movem velozmente vão parar na “lata de lixo” social, que é “o destino dos retardatários” (Bauman 2009: 10). Se não se adequam ao padrão proposto, são facilmente descartados.

O posicionamento da sociedade totalitária de *Fahrenheit 451*, portanto, é perfeitamente verossímil e também correspondente aos eventos históricos registrados durante os bibliocaustos ocorridos na Idade Média, na Revolução Francesa, na Alemanha hitlerista, na União Soviética, na Ditadura Militar brasileira, e outros episódios semelhantes, quando a perseguição nunca se limitou aos objetos de papel – o que, por si só, já seria suficientemente distópico – mas estendeu-se, também, aos escritores, leitores e adeptos das ideias consideradas heréticas, de acordo com o contexto, propagadas através dos textos escritos. Foi diante dessa constatação que o poeta judeu, Heinrich Heine, concluiu: “Onde se lançam livros às chamas, acabam-se por queimar também os homens” (*apud* Pinto 2012: 18). Compartilhando da assertiva de Heine, e refletindo acerca desse “efeito dominó” de reescrita, reorganização, subtração, mutilação, destruição de obras e, por fim, o extermínio de pessoas, Paolo Rossi (2010: 33) descreveu:

Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias. Primeiro, foram queimados os livros. Depois, foram eliminados das bibliotecas, na tentativa de apagá-los da história. Primeiro, foram eliminados os inúmeros seres humanos, depois, tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, vetar a contagem das vítimas, impedir a lembrança.

Assim, conforme adentramos a narrativa, percebemos que esta vai se tornando mais sombria à medida em que segue exatamente o princípio do “efeito dominó” descrito por Heine e Rossi. Desse modo, no próximo momento em que os bombeiros entram em cena para averiguar uma denúncia anônima sobre a existência de uma biblioteca clandestina, mais

uma grande fogueira é acesa. Nesta, porém, não somente uma porção de livros, mas toda a biblioteca, a casa, bem como a sua proprietária são incendiadas.

A princípio, Montag imaginou que seria apenas um dia qualquer em sua rotina, que faria mais uma limpeza doméstica como as outras centenas que já havia feito ao longo dos seus dez anos de trabalho: “Não se feria ninguém, apenas coisas! E uma vez que as coisas não podiam ser feridas, já que as coisas não sentiam nada, e as coisas não gritam nem choram, [...] não havia nada para importunar a sua consciência depois [...]. Basicamente, um trabalho de faxina” (Bradbury 2012: 57–58). Todavia, o que era para ser apenas mais um evento rotineiro, prático, rápido e indolor, transformou-se em um dos momentos de epifania experimentados por Montag, afetando profundamente a percepção do protagonista sobre si mesmo e suas ações, sobre os livros e seus escritores, mas, sobretudo, acerca do tempo. Ao adentrar a biblioteca:

Os livros bombardeavam seus ombros, braços, o rosto voltado para cima. Um livro pousou, quase obediente, como uma pomba branca, em suas mãos, as asas trêmulas. À luz mortiça, oscilante, uma página pendeu aberta e era como uma pluma de neve, as palavras nelas pintadas delicadamente. Em meio à correria e à fúria, Montag teve tempo de ler apenas uma linha, mas esta brilhou em sua mente durante o segundo seguinte, como se marcada a ferro e brasa: ‘o tempo adormeceu ao sol da tarde’. (*ibidem*)

O primeiro ponto a se destacar é que, inicialmente, para o bombeiro, os livros eram “coisas”, objetos inanimados, sem vida, impessoais. Entretanto, a partir desse episódio, Montag passa a percebê-los como objetos vivos e sensíveis. Eles voam, pousam, morrem, sentem dor, olham, vibram. Ao roubar e guardar um dos livros sob o seu casaco, ele o sente pulsar vividamente: “Montag sentiu o livro escondido pulsar como um coração contra o seu peito” (*idem*: 61). Ocorre, aí, uma simbiose entre humano-e-obra. O livro se transforma no próprio coração do personagem, sensibilizando-o: “[...] pensei em todo o querosene que usei nos últimos dez anos. E pensei nos livros. E pela primeira vez percebi que havia um homem por trás de cada um dos livros” (*idem*: 74). Enfim, ele compreende que cada obra é a continuidade de uma vida, das ideias de alguém, do seu tempo, de sua história.

Mais adiante, a fim de enfatizar a intrínseca relação entre homens e livros, a narrativa radicaliza essa personificação, quando os objetos são encarnados, transformando-se em homens-livros. Os humanos doam os seus corpos como suporte para as palavras de outrem e suas memórias ameaçadas de extinção. Por isso, ao pensar o ato da leitura literária como um processo colaborativo, George Steiner (2021) destaca que a partir de intenso diálogo entre leitor e obra, o primeiro torna-se um coautor, pois é a sua imaginação particular que dá a segunda imagens e representações únicas, recriando-a. Além disso, ao afirmar que “nossas intimidades com um livro são portanto completamente dialéticas e recíprocas: lemos o livro, mas, mais profundamente, pode ser o livro a nos ler” (Steiner 2021), o teórico reconhece quão fortes podem ser os elos que aproximam leitor e obra, a ponto de fundi-los em um só organismo.

Ademais, ao visualizarmos a cena, parece haver, a princípio, uma revolta dos livros contra o seu algoz, que é “bombardeado” por eles. No entanto, um decide “pousar” – gesto calmo e tranquilo –, sobre a sua mão como uma “pomba branca”, um genuíno símbolo da paz. Em verdade, a partir desse encontro, Montag inicia um processo de reconciliação consigo e com os livros, que se tornou possível pela quebra do tempo acelerado – da “correria e da fúria” – em que ele estava inserido. A leitura literária o removeu por um instante – “o tempo de ler apenas uma linha” – da correnteza operada pelo totalitarismo dromológico escravizador, revelando-lhe uma temporalidade completamente distinta ao seu contexto social.

Nas páginas literárias, ele conhece não o tempo que passa enlouquecidamente, mas o tempo que repousa, “que adormeceu ao sol da tarde”. Essa imagem, apesar de estar escrita “delicadamente” nas páginas, tem a força brutal e impactante de marcá-lo “como ferro e brasa”. A leitura se deu em alguns segundos, mas o efeito fixou-se em sua memória, prolongando o tempo de sua duração. Montag experimentou, conforme Barthes (1987) explica, um momento de fruição da obra. Segundo o autor, a fruição se dá quando, em contato com o texto, o leitor é colocado em um estado de desconforto, fazendo “[...] vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem” (Barthes 1987: 21-22). De fato, após a leitura desse pequeno trecho e de presenciar o suicídio da leitora anciã, Montag já não consegue olhar com a mesma naturalidade para a sua profissão; e mesmo que não tenha riscado o fósforo que colocou fogo no ambiente, sente-se inteiramente responsável por sua morte:

Nós queimamos uns mil livros. Queimamos uma mulher [...]. Deve haver alguma coisa nos livros, coisas que não podemos imaginar, para levar uma mulher a ficar em sua casa em chamas; tem de haver alguma coisa [...].

Um homem teve de concebê-los. Um homem teve de gastar muito tempo para pô-los no papel. E isso nunca havia me passado pela cabeça [...]. Às vezes pode levar uma vida inteira para um homem colocar os seus pensamentos no papel, depois de observar o mundo e a vida, e aí eu chego em dois minutos e bum! Está tudo terminado. (Bradbury 2012: 72-74)

Além da autorresponsabilidade, de acordo com o excerto acima, percebemos também que o protagonista já não se mostra indiferente ao conteúdo dos livros que queima, como no início da narrativa. Apesar de saber que os ler se constitui um crime, a sua curiosidade é aguçada. Depois, ele chega à conclusão de que o livro é um objeto composto de tempo em excesso, de tempo acumulado, uma vez que o processo de o pensar, criar, escrever pode durar toda uma vida. Em contrapartida, o ato de destruí-lo levava somente alguns minutos. Ele percebeu antagonismo temporal entre os processos de escrever e destruir uma obra. Sua ação, por uma questão de lógica, revelou-se absurda e injusta aos seus próprios olhos, o que contribuiu diretamente a sua completa mudança mais adiante.

Assim, podemos propor que a principal razão de as bibliotecas serem destruídas nessa sociedade regida pelo totalitarismo dromológico é que, como Michel Foucault revela em seu texto “De outros espaços” (2013), elas representam, tal como os museus, heterotopias de tempo, também chamadas de heterocronias. Entre as heterocronias possíveis, existem aquelas associadas ao “tempo passageiro e precário”, como as feiras, que ocorrem em um curto período festivo do ano; e aquelas consideradas “eternitárias”, pois não aceleram, mas acumulam e preservam o tempo. As bibliotecas, portanto, pertencem ao grupo das heterocronias eternitárias, construídas como expressão do sonho/projeto do homem de impedir a corrosão dos múltiplos tempos pelo próprio tempo:

[...] museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se amontoar e de se sobrepor a si mesmo [...]. [...] a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos; a ideia de constituir um lugar de todos os tempos, que seja ele mesmo fora do tempo, e inacessível a sua corrosão; o projeto de organizar, assim, uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar que não se moveria: enfim, tudo isso pertence a nossa modernidade. (Foucault 2013: 119)

De acordo com Foucault, as heterotopias, diferente das utopias, são espaços reais, localizáveis dentro da conjuntura social. Todavia, de modo semelhante aos espaços utópicos irrealis, elas também funcionam como “contra-aloções” que representam, questionam e invertem a lógica dos espaços sociais onde se encontram (Foucault 2013: 15). Nesse sentido, as bibliotecas são monumentos que questionam frontalmente a lógica da sociedade dromológica de *Fahrenheit 451* e seu viés totalitário. Enquanto nesse sistema apenas um único tempo é possível, a saber, o acelerado; a biblioteca apontava para a possibilidade da coexistência “de todos os tempos”. Não é gratuitamente que Beatty, ao censurar a dona da biblioteca clandestina, afirma: “Não há o menor acordo entre esses livros. Você ficou durante anos com essa malfadada Torre de Babel” (Bradbury 2012: 59). Em sua crítica, ele ressalta a pluralidade característica desse espaço, enquanto habitação de saberes diversos e, por vezes, antagônicos, como algo negativo.

Na narrativa bíblica da Torre de Babel mencionada pelo personagem, observamos que a multiplicidade de línguas foi dada como uma punição divina à rebeldia humana que queria construir uma torre que chegasse ao céu, gerando uma grande confusão que impossibilitou o sucesso do empreendimento. Nessa perspectiva, as ideias paradoxais articuladas nos livros e bibliotecas são, segundo Beatty, a raiz da desordem e do caos sociais. Todavia, para a leitora, é justamente nessa riqueza discursiva que reside o seu valor, pois é através dela que se chega à fruição: “[...] o sujeito chega à fruição pela coabitação das linguagens, que trabalham lado a lado: o texto de prazer é Babel feliz” (Barthes 1987: 6). Assim, embora tivesse vivido a maior parte de sua vida enclausurada entre quatro paredes, páginas e palavras, curiosamente, a biblioteca era o único espaço democrático e, por isso, feliz, onde a personagem podia exercer a liberdade que lhe foi negada na sociedade distópica onde habita.

À vista disso, ao passo que nas sociedades totalitárias não é possível o debate, posto que não é admissível outra via de interpretação e experimentação da realidade, senão aquela apresentada pelo poder hegemônico; nas sociedades democráticas, o acesso livre à literatura, tanto a oficial quanto a marginalizada, precisa ser resguardado e defendido como um “direito incompressível”, isto é, indispensável à dignidade humana, tal como afirma Antonio Candido (2011), pois somente assim o leitor-cidadão conhecerá de forma mais ampla e profunda os dilemas e conflitos sociais de seu próprio mundo:

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. A respeito destes dois lados da literatura, convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. (Candido 2011: 175)

Nesse sentido, é a partir do emaranhamento entre as muitas teias narrativas, cujos fios estão em constante atrito, ora embaraçando-se, formando nós, ora distendendo-se, provocando tensões, que percebemos a própria complexidade irreconciliável do mundo factual que a literatura transfigura. Desse modo, uma vez que “a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional” (Foucault 2013: 118), acreditamos que as bibliotecas, físicas ou digitais, enquanto heterocronias, rompem absolutamente com a sociedade patologicamente móvel e sem descanso, configurando-se como um esconderijo à margem do sistema social totalitário onde os leitores podem entrar/acessar e repousar. São como ilhas, paraísos de palavras e sentidos diversos, onde os leitores podem ter uma experiência utópica do tempo através da leitura, especialmente, por meio da leitura literária.

### **Considerações finais**

Utopias e distopias representam, narrativamente, experiências temporais diversas, ajudando-nos a pensar sobre o homem e as transformações histórico-sociais por ele experimentadas ao longo das épocas. Nos relatos protoutópicos, por exemplo, observamos um tempo ordenado pela divindade que passa lentamente, cabendo à humanidade apenas usufruí-lo sem pressa. Já nas utopias clássicas, nascidas na Modernidade, quando o homem encontra-se imbuído de autonomia e acercado pela ciência e pelo desenvolvimento tecnológico, este passa a administrar as vinte e quatro horas disponíveis no dia, organizando-as rigorosamente, ou manipulando-as através de instrumentos técnicos em prol de seu próprio benefício e bem-estar social.

Nas distopias, porém, não é o homem que domina o tempo, mas o tempo, administrado por um poder hegemônico, é utilizado como ferramenta de dominação. Reificado, este se transforma em uma mera engrenagem do sistema social, que deve ser sacrificada, caso se rebele, pela manutenção da ordem vigente. Desse modo, o que estava apenas ensaiado nas utopias torna-se potencialmente mais sombrio; e o tempo social, antes aceito coletivamente, passa a ser contestado, uma vez que o equilíbrio da sociedade, nessas narrativas, será conquistado pela supressão de liberdades individuais, ocasionando a perseguição e a morte dos cidadãos dissidentes que se negam a viver em conformidade com a experiência temporal dominante.

É o que ocorre em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, aos pedestres e andarilhos que vivem uma vida contemplativa, bem como aos leitores de obras literárias e filosóficas, que resistem ao poder dominador do Totalitarismo Dromológico. Nesse sentido, revelando-se significativamente atual, encontramos nessa distopia clássica a ficcionalização de uma sociedade que podemos denominar “dromocrática”, pois é a ditadura do movimento que a controla, o que nos conduz a uma profunda reflexão sobre a sociedade contemporânea em que vivemos, também caracterizada por sua fluidez e aceleração crescentes, com suas múltiplas “dromopatologias”, entre elas, a “fome de tempo” (Rosa 2022: 26) – a sensação de que as horas disponíveis nunca são suficientes para realizarmos nossa lista infinita de obrigações e muito menos para fazer aquilo que queremos, de fato. Vivemos, portanto, em uma sociedade sem descanso.

À vista disso, reconhecemos que, tal como em *Fahrenheit 451*, vez em quando ainda testemunhamos novos “bibliocaustos”, com o banimento e proibição de livros em diferentes países reconhecidos como democráticos. Ademais, uma vez que também estamos inseridos em uma sociedade dromocrática, concluímos que a literatura não está livre de perigos em nosso meio, pois apesar de termos milhares de novas publicações diárias e maior acesso às obras, o tempo para lê-los torna-se, paradoxalmente, cada vez mais escasso. Foi o que revelou a última edição da pesquisa “Retratos da Leitura” (2024), no Brasil.

O documento registra que, desde a primeira edição, publicada em 2001, esta foi a primeira vez que o número de não-leitores (53%) superou o de leitores (47%). O curioso é que entre as justificativas mencionadas pelos não-leitores, isto é, daqueles que declararam não ter lido nem mesmo uma parte de um livro nos últimos três meses anteriores à pesquisa, encontramos, em primeiro lugar, a falta de tempo (46%); depois, em terceiro e quarto lugares, a falta de paciência (8%) e o cansaço (7%), respectivamente.

Assim, uma vez que os três obstáculos para a leitura citados estão entre os principais sintomas de uma sociedade dominada pelo Totalitarismo Dromológico, torna-se urgente para nossa sociedade encontrar caminhos para desaceleração. Enquanto isso, a literatura, com sua linguagem crítica, densa e plurissignificativa, vai estabelecendo, ao seu modo, barreiras de resistência à aceleração caótica vigente; oferecendo, aos seus leitores, abrigos utópicos de descanso, ainda que frágeis e provisórios.

## NOTAS

\* Andressa Silva Sousa é doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); possui Mestrado em Letras – Teoria Literária – pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA (2019); Graduação em Letras Licenciatura Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA Campus Caxias (2017). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária. Interessa-se por estudos relacionados às utopias literárias clássicas, às distopias clássicas e contemporâneas, à aceleração social, bem como pela literatura maranhense. É integrante do grupo de pesquisa CNPq: Literatura, Arte e Mídias (LAMID), onde desenvolveu atividades de colaboração para os sítios digitais "Portal Maranhão" e "Linguateca". Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI).

\*\* Emanuel Cesar Pires de Assis é doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2016); Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2011); Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (2009), onde atua hoje como professor efetivo nos cursos de Letras do Campus Caxias e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Além disso, é professor no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI. Líder do grupo de pesquisa Literatura, Arte e Mídias (LAMID)/CNPq; Coordenador do Portal Maranhão; Editor da Revista de Letras Juçara; Vice-Coordenador do PPG Letras UEMA. Desde 2018 tem estabelecido parcerias com a Universidade de Oslo, onde, de 2019–2022, realizou estágio pós-doutoral

<sup>1</sup> Termo foi cunhado e discutido por Boaventura de Sousa Santos ao desenvolver o conceito fundamental de sua obra teórica sobre as “Epistemologias do Sul”. Em sua visão, o epistemicídio, que é o extermínio de uma “imensa riqueza de experiências cognitivas” (Santos 2013: 52), está presente na cultura colonialista e capitalista moderna, que é dominada por um “pensamento abissal”, cuja característica distintiva “é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha”, de modo que “ [...] ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível” (*idem*: 29).

## Bibliografia

- Bacon, Francis (1998), *Nova Atlântida*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade, São Paulo, Abril Cultural.
- Barthes, Roland (1987), *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg, São Paulo, Editora Perspectiva.
- Bauman, Zygmunt (2009). *Vida Líquida*. 2ed. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar.
- (2001), *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, Zahar.

- Bentivoglio, Julio (2020), “O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas”, in *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/73090/45297>>. (último acesso em: 17/11/25).
- Bradbury, Ray (2012), *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel pega fogo e queima do livro pega fogo e queima*. Tradução de Cid Knipel, 2ed, São Paulo, Globo.
- Candido, Antonio (2011), “O Direito à Literatura”, in *Vários Escritos*. 5ed, Rio de Janeiro, Ouro Rio Azul: 169-191. [1988].
- Eco, Humberto / Jean-Claude Carrière (2010), *Não contem com o fim do livro*. Tradução de André Telles, Rio de Janeiro, Record.
- Foucault, Michel (2013), “De espaços outros”, Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser, *Estudos Avançados*, v. 27, nº 79: 113-122. <<https://revistas.usp.br/eav/article/view/68705>>. (último acesso em: 16/07/2025).
- Huxley, Aldous (2014), *Admirável Mundo Novo*. Tradução de Linão Vallandro / Vidal Serrano, 22ª ed, São Paulo, Globo.
- Instituto Pró-Livro (2024), *Retratos da Leitura no Brasil: 6ª edição*. <[https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_2024\\_13-11\\_SITE.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf)> (último acesso em: 15/09/2025).
- More, Thomas (2004), *Utopia*. Tradução de Anah de Melo Franco, Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/260-Utopia.pdf>> (último acesso em: 28/03/2014).
- Orwell, George (2009), 1984. Tradução de Alexandre Hubner / Heloisa Jahn, São Paulo, Companhia das Letras.
- Pinto, Manoel da Costa (2012), “Prefácio”, in *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel pega fogo e queima do livro pega fogo e queima*. Tradução de Cid Knipel, 2ed, São Paulo, Globo: p.11-18.
- Rosa, Hartmut (2022), *Alienação e Aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna*. Tradução de Fábio Roberto Lucas, Petrópolis, RJ, Vozes.
- (2019), *Aceleração: transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Tradução de Rafael H. Silveira, São Paulo, Editora Unesp.
- Rossi, Paolo (2010), *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Maulin, São Paulo, Editora Unesp.
- Steiner, George (2021), “Aqueles que queimam livros”, *Estado da Arte*, Turim. <<https://estadodaarte.estadao.com.br/literatura/steiner-aqueles-que-queimam-livros/>> (último acesso em: 03/11/25).
- Tonnac, Jean-Philippe de (2010), “Prefácio”, in *Não contem com o fim do livro*. Tradução de André Telles, Rio de Janeiro, Record: p. 1-14.
- Trousseau, Raymond (2005), “Utopia e Utopismo”, Tradução de Ana Cláudia Romano Ribeiro, *Revista Morus: Utopia e Renascimento*, v. 2, Campinas: 123-135. <<http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/issue/archive>> (último acesso em: 08/01/2019).

- Santos, Boaventura de Sousa (2013), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez Editora: 29-67. <<https://temascontemporaneosdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/boaventura-de-sousa-santos-maria-paula-meneses-epistemologias-do-sul-cortez-editora-2014.pdf>> (último acesso em: 15/09/2025).
- Virilio, Paul (1996), *Velocidade e Política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik, São Paulo, Estação Liberdade.
- Zamiátin, Ievguêni (2017), *Nós*. Tradução de Gabriela Soares, São Paulo, Aleph.